



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 102/2025**

*Complementa o [Ato da Presidência nº 63/2025](#) para disciplinar a expedição de alvarás judiciais eletrônicos pelo sistema BRBJUS e estabelece critérios para excepcionalidades.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 4º do [Ato da Presidência nº 63, de 24 de março de 2025](#), que prevê a expedição de alvará judicial eletrônico, via sistema BRBJUS, para levantamento de valores mantidos em contas judiciais no BRB – Banco de Brasília S.A.;

**CONSIDERANDO** que o módulo de alvarás eletrônicos do sistema BRBJUS já se encontra plenamente operacional, assegurando segurança, rastreabilidade e celeridade aos procedimentos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformizar procedimentos e disciplinar a transição para a expedição digital obrigatória;

**CONSIDERANDO** a importância de garantir a continuidade dos serviços judiciários mesmo em situações excepcionais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A expedição de alvarás judiciais para levantamento de valores depositados no BRB – Banco de Brasília S.A. deverá ser realizada obrigatória e exclusivamente por meio do sistema BRBJUS, com assinatura eletrônica mediante uso de certificado digital, a partir de 12 de julho de 2025.

Parágrafo único. Excepcionalmente, os alvarás poderão ser expedidos em meio físico e encaminhados para o endereço eletrônico [cejudatendtjpb@brb.com.br](mailto:cejudatendtjpb@brb.com.br), observadas as orientações institucionais vigentes, nos seguintes casos:

I - Quando o sistema BRBJUS estiver indisponível por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, devidamente atestado pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DITEC;

II – Quando houver a necessidade de pagamento de guias, a exemplo de pagamentos de tributos, não processáveis pelo sistema BRBJUS;

**Art. 2º.** Quando o sistema BRBJUS não reconhecer o processo advindo do SEEU, a unidade encaminhará solicitação para abertura das contas judiciais pelo e-mail [suporteaoitjpb@brb.com.br](mailto:suporteaoitjpb@brb.com.br).

Parágrafo único. Após a abertura da conta judicial mencionada no caput, os alvarás serão processados pelo endereço eletrônico [cejudatendtjpb@brb.com.br](mailto:cejudatendtjpb@brb.com.br).

**Art. 3º** A partir de 12 de julho de 2025, os alvarás enviados por e-mail não serão cumpridos pelo BRB – Banco de Brasília S.A., exceto nas hipóteses referenciadas no parágrafo único do art. 1º deste Ato.

**Art. 4º** No âmbito do segundo grau de jurisdição, a confecção dos alvarás judiciais será de responsabilidade da Gerência Judiciária do Tribunal de Justiça da Paraíba, cabendo à

assessoria do Desembargador a revisão dos dados e a validação da minuta antes do encaminhamento para assinatura.

**Art. 5º** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

**Art. 6º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 04 de julho de 2025.

**FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO –  
Presidente.**

Publicado em 07/07/2025, Republicado por incorreção.  
Este texto não substitui o publicado no DJe em 09/07/2025.